

**ABOL** Mais da metade dos operadores logísticos não consegue repassar alta de custos ▶ **p3**

**PECÉM** Porto planeja iniciar produção de hidrogênio verde em 2025 ▶ **p6**

**MATO GROSSO** Estado abre licitações para pavimentar 90 km de rodovias ▶ **p7**



## TCU aprova renovação da concessão da MRS

Contrato será assinado no próximo semestre. Investimentos serão de mais de R\$ 16 bi ▶ **p4**

# EDITORIAL

## Avanço ferroviário

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, ontem, o processo de renovação antecipada do contrato de concessão ferroviária da MRS Logística. Segundo o Ministério da Infraestrutura, a assinatura do aditivo contratual deve ocorrer no próximo semestre, ampliando o prazo do acordo em 30 anos. Em contrapartida, a empresa investirá R\$ 16 bilhões na malha que explora, ampliando a capacidade operacional, especialmente nos acessos aos portos de Santos (SP) e Rio de Janeiro (RJ).

Essas características fazem com que o processo de renovação da concessão da MRS esteja entre os grandes projetos ferroviários do atual Governo, ao lado do novo marco legal do setor e da renovação da concessão da Malha Paulista, com a Rumo Logística (Grupo Cosan). Viabilizá-lo, portanto, é do interesse nacional. Trata-se de uma obra estratégica para a economia brasileira, uma vez que atenderá alguns dos principais estados da nação - Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. E o investimento previsto só auxiliará o país com geração de emprego e renda.

Efetivamente, é mais uma etapa no processo de valorização do modal ferroviário no Brasil e na ampliação de sua infraestrutura, um processo que o Governo deve incentivar - até mesmo por quê os investimentos previstos são privados e estratégicos para que o setor tenha condições de atender as demandas da economia brasileira nas próximas décadas.

## NESTA EDIÇÃO

FOTO  
Divulgação/MRS



▲ **CAPA**  
**4** Tribunal de Contas aprova renovação antecipada da MRS

### HUB

**3** MRS fecha contrato de R\$ 400 mi com Usiminas

### NACIONAL

**3** Mais da metade dos operadores logísticos não consegue repassar aumento de custos, aponta estudo

**5** Tribunal de Contas aprova edital de concessão da sétima rodada de aeroportos

### REGIÃO NORDESTE

**6** Porto do Pecém planeja iniciar produção de hidrogênio verde em 2025

### REGIÃO CENTRO-OESTE

**7** Governo do Mato Grosso abre licitações para pavimentar 90 km de rodovias

Nova etapa de obras na BR-158/GO deve ser concluída em novembro



**Sede**  
Alameda Campinas, 802, 6º andar,  
São Paulo, São Paulo  
01404-200, BR

**Sucursal Brasília**  
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110  
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul  
Brasília, Distrito Federal  
70340-000, BR

**Sucursal Santos**  
Avenida Senador Pinheiro Machado, 22, Sala 12,  
Santos, São Paulo  
11075-000, BR

[www.portalbenews.com.br](http://www.portalbenews.com.br)

**Diretor-presidente**  
Fabrício Julião

**Diretor-superintendente**  
Marcio Delfim

**Diretora Administrativo-financeira**  
Jacara Lima

**Diretor de Redação**  
Leopoldo Figueiredo

**Equipe de reportagem**  
Bárbara Farias, Vanessa Pimentel  
e Tales Silveira

**Design Gráfico**  
Mônica Mathias

## FALE COM A GENTE

### ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para [atendimento@portalbenews.com.br](mailto:atendimento@portalbenews.com.br)

### INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em [www.portalbenews.com.br](http://www.portalbenews.com.br)

### PUBLICIDADE

Entre em contato pelo e-mail [publicidade@portalbenews.com.br](mailto:publicidade@portalbenews.com.br)





**LEOPOLDO FIGUEIREDO  
E COLABORADORES**  
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

#### CONTRATO FIRMADO

A semana tem sido bem positiva para a operadora ferroviária MRS Logística. Ontem, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou sua proposta de renovação antecipada da concessão da malha que explora nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (confira mais detalhes em reportagem na página 4). E na segunda-feira, ela comunicou ao mercado que fechou um contrato com a siderúrgica Usiminas, que é sua acionista, para o transporte ferroviário de produtos siderúrgicos durante este e o próximo ano. Pelo serviço, a MRS receberá cerca de R\$ 409 milhões. O contrato foi firmado no último dia 24.

#### COMBUSTÍVEL 1

O plenário da Câmara aprovou, nessa quarta-feira, a Medida Provisória (MP) 1100/22, que altera a tributação do PIS e do Cofins sobre o álcool combustível vendido por cooperativas diretamente ao setor varejista. De acordo com o texto, essas cooperativas são consideradas agentes produtores de etanol hidratado combustível e, se venderem aos varejistas, passam a pagar uma combinação de alíquotas sobre receita e o volume do produto - medida válida para as empresas que não optarem por um regime de tributação de PIS/Cofins baseada no volume produtivo.

#### COMBUSTÍVEL 2

O objetivo da MP 1100/22 é ampliar a competição no setor alcooleiro, permitindo que as cooperativas vendam diretamente os postos de combustíveis, mas sem uma perda de arrecadação. O texto, agora, segue para o Senado.

#### FORD

A montadora Ford ampliou as operações de seu Centro de Desenvolvimento e Tecnologia do Brasil, na Bahia, com a criação de 500 novas vagas nos últimos meses. O anúncio foi feito pelo presidente da Ford América do Sul, Daniel Justo, durante visita do governador da Bahia, Rui Costa, às novas instalações da empresa no Cimatec Park, ecossistema de inovação montado em parceria com o Senai Cimatec em Camaçari (BA). Com a expansão, o centro de desenvolvimento brasileiro se consolida como um polo de exportação de projetos e conhecimento para a montadora.

# Mais da metade dos operadores logísticos não consegue repassar aumento de custos, aponta estudo

**BÁRBARA FARIAS**  
barbara@portalbenews.com.br

A alta do diesel elevou muito os custos do transporte para 77% dos operadores logísticos (OLs) nos últimos dois anos. Do total, 69% não conseguiram repassar o aumento para os preços dos serviços. É o que constata o estudo 'Perfil do Operador Logístico', encomendado ao Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos) pela Associação Brasileira de Operadores Logísticos (Abol).

Segundo a pesquisa, 54% dos operadores logísticos aumentaram os preços, mas abaixo do necessário para compensar a alta de custos, 12% mantiveram os preços estáveis e apenas 3% reduziram os valores. Já 30% conseguiram elevar o preço equivalente ao aumento de custo. A alta do combustível teve um alto impacto nas contas para 77% dos operadores, já 15% afirmaram que o aumento foi médio e 7%, pouco.

O levantamento contemplou um universo de 1 mil empresas, incluindo as 30 associadas da Abol, e apresenta um mapeamento do mercado do setor nos anos de 2020 e 2021. "Além de ampliarmos a base, dividimos as empresas em pequeno, médio e grande portes, revelando o comportamento de cada grupo diante, por exemplo, do cenário político e econômico brasileiro", destacou a diretora-executiva da Abol, Marcella Cunha.

Segundo a entidade, o resultado confirma a recuperação e o crescimento dos operadores logísticos em 2021, com 391 milhões de toneladas de cargas transportadas e R\$18 bilhões em investimentos.

Em 2021, o setor alcançou uma receita operacional bruta (ROB) de R\$166 bilhões — um aumento médio de 82% —, arrecadou R\$ 44 bilhões em tributos e gerou 2 milhões de empregos, entre diretos e



Operadores logísticos transportaram 391 milhões de toneladas de cargas em 2021

indiretos, o equivalente a 2% do total de pessoas ocupadas no Brasil.

Para driblar os entraves econômicos, que envolvem também a pandemia de Covid-19, 59% dos operadores incrementaram os investimentos.

As principais atividades realizadas pelos operadores são o transporte rodoviário fechado, armazém geral e crossdocking. O questionário revelou que 94% das empresas realizam operações conjuntas de transporte e armazenagem. E isso ocorre para 44% da carga.

#### Abrangência

A atuação dos operadores aumentou nas cinco regiões do País, passando de 25% para 44% no Norte, 43% para 58% no Nordeste, 37% para 62% no Centro-Oeste, 63% para 75% no Sul e de 92% para 97% no Sudeste. As respostas revelam uma busca por atuação nacional, sobretudo, entre as empresas de pequeno porte.

O crescimento nos setores atendidos também foi constatado pelo estudo. Em relação a 2020, a presença dos operadores aumentou em 12% na área de cosméticos, 16% no comércio eletrônico, 14% na área de produtos de limpeza e 12% na de tecnologia Industrial e de

serviços.

"A pesquisa permite um conhecimento amplo do setor, relevando as suas particularidades e necessidades macros, principalmente após dois anos de pandemia e outros obstáculos no meio do caminho que comprometeram o Supply Chain internacional. Podemos dizer que a resiliência é a principal característica dos OLs, já que houve recuperação e desejo pelo desenvolvimento e inovação", concluiu Marcella.

Alta do diesel representou um aumento muito alto nos custos para 77% dos operadores consultados pela pesquisa 'Perfil do Operador Logístico', do ILOS, encomendada pela Abol

Nilton Bastian/Câmara dos Deputados

**EM 2021, O SETOR ALCANÇOU UMA RECEITA OPERACIONAL BRUTA (ROB) DE R\$ 166 BILHÕES — UM AUMENTO MÉDIO DE 82% —, ARRECADOU R\$ 44 BILHÕES EM TRIBUTOS E GEROU 2 MILHÕES DE EMPREGOS, ENTRE DIRETOS E INDIRETOS, O EQUIVALENTE A 2% DO TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS NO BRASIL**

#### OUTROS DADOS DA PESQUISA:

- ◆ As despesas operacionais representaram 74% da receita bruta, independentemente do porte do operador;
- ◆ R\$ 18 bilhões foram investidos em modernização das instalações, infraestrutura e softwares, startups e logtechs por quase metade dos operadores;
- ◆ 90% desenvolveram ações de integração com o cliente;
- ◆ 33% dos operadores de todos os portes querem reduzir custos, ganhar mercado e melhorar o nível do serviço;
- ◆ 26% das empresas de porte médio fizeram fusões ou aquisições em 2021;
- ◆ Contratação de funcionários por CLT aumentou 60% e a de terceiros, 48%, entre 2020 e 2021;
- ◆ 45% têm dificuldade em contratar mão de obra especializada;
- ◆ 96% querem redução da carga tributária, 91% cobram melhoria de infraestrutura e 78% reivindicam mais segurança;
- ◆ 93% consideram que Governo Federal deveria dar prioridade às obras de infraestrutura rodoviária.

Fonte: Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos). Pesquisa encomendada pela Associação Brasileira de Operadores Logísticos (Abol)



## NACIONAL

TALES SILVEIRA  
tales@portalbenews.com.br

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o processo de renovação antecipada do contrato de concessão da MRS Logística. A decisão unânime foi proferida na sessão de plenário desta quarta-feira (1º).

O relator do processo, ministro Jorge Oliveira, trouxe adequações à minuta protocolada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no tribunal em novembro do ano passado. Dentre elas está a determinação para que a ANTT revise o caderno de obrigações do novo contrato de concessão da ferrovia, incluindo requisitos mínimos obrigatórios para os investimentos mais significativos em conflitos urbanos.

Outro ponto de alteração trata da inclusão do fator de eficiência operacional na modelagem econômico-financeira da renovação. Ficou constatado que a minuta trata dos efeitos de escala ao longo do contrato. Mas não se trata dos ganhos de eficiência propriamente, o que é esperado com o aumento de produtividade vindo do desenvolvimento tecnológico e com a realização dos investimentos.

Apesar de concordar com a falta de clareza, o relator divergiu da secretaria de regulação do tribunal que sugeriu que o TCU determinasse à ANTT inclusão de outro fator que incluísse ganhos de produtividade e que usasse o chamado "Fator X" – redutor aplicado à tarifa com o objetivo de repassar os ganhos de produtividade ao consumidor final – amplamente utilizado no setor elétrico.

Jorge Oliveira entendeu que no setor ferroviário os ganhos de eficiência operacional em razão do desenvol-

# Tribunal de Contas aprova renovação antecipada da MRS

Principais alterações feitas pelo tribunal estão no caderno de obrigações da empresa

Divulgação/MRS



A ferrovia administrada pela MRS Logística abrange os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e possui 1.686 km de linhas, 770 locomotivas e 19 mil vagões.

vimento tecnológico possuem particularidades. O ministro então recomendou a elaboração de uma metodologia adequada para inserir, em futuros contratos ferroviários, a cláusula de ganhos de produtividade por desenvolvimento tecnológico.

## Ativos e passivos

Ao modelar o contrato de concessão, a ANTT identificou uma base de ativos compostos por valores ainda não abatidos dos investimentos realizados pela concessionária, e que são considerados indispensáveis à realização dos serviços. Esses bens são inseridos na equação contratual como uma indenização da União à concessionária.

Da mesma forma, a agência inseriu a chamada "base de passivos", patrimônios da União recebidos pela concessionária no início da conces-

são, que, no momento da renovação encontram-se sucateados ou desativados. Esses bens entram na equação como uma indenização a ser feita à União.

Neste segundo caso, o tribunal constatou que a concessionária não incluiu os chamados bens móveis – locomotivas e vagões – da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Ficou determinado então que a ANTT inclua esses passivos na prorrogação. A estimativa trazida pelo relator é de que haja um incremento de mais de R\$80 milhões para o bônus de outorga.

Outra determinação feita pelo ministro trata da transparência. Ele estabeleceu que, em até 120 dias após celebrado o termo aditivo de prorrogação, tanto a ANTT quanto a MRS divulguem, em seu sítio eletrônico, informações que viabilizem o acompanhamento

O MINISTRO JORGE OLIVEIRA RECOMENDOU AINDA QUE, EM FUTUROS CONTRATOS DE CONCESSÃO, A ANTT ELABORE UMA METODOLOGIA ESTABELECIDO GANHOS DE PRODUTIVIDADE POR DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

e controle da sociedade dos investimentos previstos.

## Sobre a renovação

A ferrovia administrada pela MRS Logística abrange os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e possui 1.686 km de linhas, 770 locomotivas e 19 mil vagões. A prorrogação vai antecipar obras que seriam feitas apenas

a partir de 2027.

Já o caderno de obrigações no novo contrato de concessão da ferrovia prevê aportes de cerca de R\$ 16 bilhões, distribuídos principalmente entre a ampliação da capacidade de transporte e acesso ao porto de Santos, denominada 'ferradura', onde será construído um centro de controle operacional a ser compartilhado pelas três ferrovias que utilizam o trecho.

Também está previsto um conjunto de 270 obras incluídas em 50 municípios para mitigação de conflitos urbanos provocados pelo tráfego ferroviário. Entre eles, viadutos, passarelas, passagem de pedestres e segurança. Também investimentos para segregação de 90 quilômetros de trilhos compartilhados com trens de passageiros da CPTM na região metropolitana de São Paulo.

O contrato prevê ainda investimentos de R\$ 4,3 bilhões a título de outorga livre, que o Ministério decidiu usar em obras de interesse público e na eliminação de conflitos urbanos, como invasões da faixa de domínio e passagens de nível críticas (quando há cruzamento da ferrovia com ruas ou avenidas no meio de cidades).

A minuta prevê o compartilhamento do excesso de receitas com o poder concedente por meio da ampliação do bônus de outorga a ser pago para União em caso de a concessionária obter um volume de transporte superior ao previsto. A previsão é igual à determinada durante o processo de renovação da Malha Paulista.

TALES SILVEIRA  
tales@portalbenews.com.br

## MINISTRO QUER MAIOR CLAREZA EM CLÁUSULA SOBRE A FERRADURA

Segundo Jorge Oliveira, é preciso deixar claros os critérios de exclusão do trecho do contrato da MRS

Outro ponto explorado pelo ministro-relator, Jorge Oliveira, é sobre a Ferradura do Porto de Santos (SP). Trata-se de um trecho de cerca de 30 quilômetros na região de Santos onde as malhas ferroviárias da Rumo, da VLI e da MRS convergem antes de acessar o trecho ferroviário do porto. A Ferradura é crucial para as exportações de minério de ferro e commodities agrícolas. A minuta de termo aditivo celebrada entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a MRS prevê a possibilidade de exclusão da

Ferradura do objeto contratual durante a vigência da concessão.

A exclusão aconteceria caso a concessionária não cumprisse pelo menos 80% dos investimentos que possuem prazos determinados. A cláusula tem como objetivo assegurar a operação do trecho.

Mesmo concordando com o artigo, Jorge Oliveira entendeu que a redação não estabelece regras claras e objetivas para caracterizar as condições dessa exclusão extraordinária. Portanto, determinou que a

ANTT reveja o texto para deixar os critérios de exclusão bem definidos.

A Ferradura também demandou uma regulação específica, alocando ao estado o risco de aumento de demanda maior do que o previsto. A minuta previa que a recomposição do contrato para a concessionária aconteceria preferencialmente por reajuste de passagem dos trens de outras operadoras.

Já o relator definiu que a minuta deixe claro que todos os investimentos na Ferradura

serão recompensados sempre por meio da tarifa de direito de passagem para mais ou para menos. Assim não haverá realização de aporte de recursos orçamentários da União ao concessionário nesta região.

A ideia é que as três concessionárias que atuam neste investimento arquem com os custos eventuais necessários, além dos contemplados na modelagem. Também determinou que, caso haja redução dos investimentos previstos, a tarifa deverá ser reduzida.

A FERRADURA É UM TRECHO DE CERCA DE 30 QUILOMETROS NA REGIÃO DE SANTOS ONDE AS MALHAS FERROVIÁRIAS DA RUMO, DA VLI E DA MRS CONVERGEM ANTES DE ACESSAR O TRECHO FERROVIÁRIO DO PORTO. O TRECHO É CRUCIAL PARA EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO E COMMODITIES AGRÍCOLAS.



# Tribunal de Contas aprova edital de concessão da sétima rodada de aeroportos

Os novos investimentos nos 15 aeroportos devem totalizar cerca de R\$ 7,3 bilhões

Divulgação/Infraero



▲ Investimento previsto nos estudos para o terminal de Congonhas chega a R\$ 3,4 bilhões

TALES SILVEIRA  
tales@portalbenews.com.br

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, ontem, a sétima rodada de aeroportos, que irá transferir para a iniciativa privada 15 terminais, entre eles o de Congonhas (SP). O relator do projeto no TCU, o ministro Walton Alencar, elogiou a formatação dessa sétima rodada, em especial os esforços da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

"Não foram identificadas quaisquer irregularidades ou impropriedades que desaconselhem a continuidade da sétima rodada de concessões aeroportuárias. Essa concessão é sobretudo importante porque trará benefícios a aproximadamente 35 milhões de passageiros, em uma estimativa modesta, nos próximos anos", disse.

Em nota, o Ministério da Infraestrutura ressaltou que a aprovação do tribunal permite o lançamento do edital de licitação ainda em junho, "como previsto no calendário elaborado pelo Governo Federal". A previsão com o leilão é de R\$ 7,3 bilhões em investimentos ao longo dos contratos.

A joia da coroa do leilão será o aeroporto de Congonhas, que é o segundo mais movimentado do País e onde passam cerca de 22,7 milhões de passageiros por ano. O

investimento previsto nos estudos para este terminal chega a R\$ 3,4 bilhões, quase metade do valor esperado para a rodada.

#### Santos Dumont fora

O sétimo lote de concessões aeroportuárias foi aprovado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) em dezembro de 2021. Na época, ainda estava incluído no pacote o aeroporto Santos Dumont, no Rio.

Durante quase toda a

tramitação do edital de concessão, houve pressão por parte do governo do Rio de Janeiro para retirar o aeroporto do pacote. Havia uma apreensão quanto a uma possível concorrência predatória dos aeroportos Galeão e Santos Dumont, fazendo com que o primeiro perdesse voos internacionais. O impacto acontecerá principalmente na captação de carga e na indústria local.

Em fevereiro, o Ministério da Infraestrutura atendeu às reivindicações e retirou o aeroporto Santos Dumont do edital. Agora, a previsão é que essa concessão seja feita no segundo semestre de 2023, junto com o terminal do Galeão.

A retirada do aeroporto do edital de concessão agradou o ministro relator. Alencar afirmou concordar que haveria uma possível concorrência predatória, caso fossem geridos por diferentes concessionárias. "A melhor alternativa em estudos acerca do tema é a concessão conjunta dos dois aeroportos", falou.

#### CONFIRA OS BLOCOS DA SÉTIMA RODADA:

- Bloco Aviação Geral: Integrado pelos aeroportos de Campo de Marte (SP) e Jacarepaguá (RJ), o lote tem R\$ 560 milhões em investimentos previstos. Outorga inicial: R\$ 138 milhões.
- Bloco Norte II: Formado pelos terminais aéreos de Belém (PA) e Macapá (AP), tem R\$ 875 milhões em investimentos previstos. Outorga inicial: R\$ 57 milhões.
- Bloco SP/MS/PA/MG: Formado pelos aeroportos de Congonhas (SP), Campo Grande (MS), Corumbá (MS), Ponta Porã (MS), Santarém (PA), Marabá (PA), Carajás (PA), Altamira (PA), Uberlândia (MG), Uberaba (MG) e Montes Claros (MG). O investimento previsto é de R\$ 5,889 bilhões. Outorga inicial: R\$ 255 milhões.



## REGIÃO NORDESTE

# Porto do Pecém planeja iniciar produção de hidrogênio verde em 2025

A previsão é que, até 2030, o complexo conseguirá fornecer 1,3 milhão de toneladas do “combustível do futuro”

Divulgação/Porto do Pecém



VANESSA PIMENTEL  
vanessa@portalbenews.com.br

O Porto do Pecém (CE) planeja iniciar a produção de hidrogênio verde (H2V) em 2025 e estima que, até 2030, conseguirá fornecer 1,3 milhão de toneladas do “combustível do futuro”.

As datas para o início dos trabalhos de instalação das usinas são variadas, mas o complexo já está em tratativas com os principais players globais do ramo para que o pontapé inicial aconteça, entre eles as empresas AES, EDP, Engie, Fortescue, Qair, Total Eren e Transhydrogen Alliance.

Até o momento, já foram assinados 18 Memorandos de Entendimento (MoU) com companhias interessadas na implantação de projetos de hidrogênio verde no Porto do Pecém, mais especificamente na área da ZPE Ceará – a única Zona de Processamento de Exportação em operação hoje no Brasil.

ZPEs são áreas destinadas à instalação de empresas voltadas à produção de bens que serão comercializados no exterior. As companhias instaladas em ZPEs recebem também isenções tributárias.

Com isso, o Porto do Pecém caminha para se tornar o primeiro hub de hidrogênio verde do País e da América Latina devido, principalmente, à sua localização geográfica e estratégica, que torna a exportação de H2V mais curta entre a América do Sul e a Europa, gerando custos menores para a operação. Além disso, o Ceará tem sol e vento constantes, fatores essenciais para a geração da energia renovável utilizada na produção do novo combustível.

O hidrogênio verde é o nome dado ao combustível hidrogênio (H2) em sua versão “verde”, ou seja, quando é

produzido utilizando fontes de energia “limpa”, sem emissão de poluentes como o CO2, e renováveis, como é o caso da eólica (ventos) e da solar.

Quando as instalações das usinas no porto começarem, há grande expectativa em torno da geração de empregos, renda e a contribuição direta para a descarbonização do planeta até 2050, um dos compromissos assumidos por diversos países do mundo no Acordo de Paris.

Em entrevista exclusiva concedida ao BE News em abril deste ano, o presidente do Complexo Industrial e Portuário de Pecém, Danilo Serpa, disse que o porto está trabalhando para se tornar um grande fornecedor mundial de H2V.

“Nos últimos anos, vem surgindo no planeta a demanda por uma matriz energética sustentável e o hidrogênio verde atende essa necessidade com perfeição. Para produzir hidrogênio, você tem de fazer a hidrólise da água, quebrando sua molécula (H2O) em gás hidrogênio (H2) e gás oxigênio (O2) e, para o combustível ser verde, esse processo deve utilizar energia limpa. E o Ceará tem energia eólica e solar, que podem até ser utilizadas conjuntamente”, explicou o executivo.

“  
NOSSO PENSAMENTO É CONSIDERAR NOVOS MERCADOS PARA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA O COMPLEXO DO PECÉM NESTA CADEIA LOGÍSTICA, OU SEJA, ALÉM DO H2V E DA AMÔNIA VERDE, TEMOS A POSSIBILIDADE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS SINTÉTICOS AQUI!”

**DUNA URIBE**  
Diretora Comercial do Complexo Do Pecém

## World Hydrogen 2022

Representantes do Complexo do Pecém participaram do World Hydrogen 2022, um dos maiores eventos de discussão sobre o hidrogênio verde do mundo, realizado no mês passado. A visita fez surgir novos horizontes ao porto, que já discute com parceiros a ampliação da cadeia de valor do hidrogênio – que seria a produção de combustíveis sintéticos derivados do H2V. Quem explica é a Diretora Comercial do Complexo do Pecém, Duna Uribe.

“Nosso pensamento é considerar novos mercados para atração de investimentos para o Complexo do Pecém nessa cadeia logística, ou seja, além do H2V e da amônia verde, temos a possibilidade de produção de combustíveis sintéticos aqui”, detalhou a diretora.

Além disso, os executivos estudaram questões relacionadas à infraestrutura, ao trans-portee à logística que envolvem o novo combustível. Visitaram também empresas que produzem eletrolisadores e conheceram as tecnologias que fazem parte de toda a cadeia de produção do H2V.

## Compromisso

Durante o evento, os representantes do porto cearense

PARA OS PRÓXIMOS DIAS, SEGUINDO A TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO NAS OPERAÇÕES REALIZADAS NO PORTO PARAIBANO, ESTÁ PREVISTA A MOVIMENTAÇÃO DE MAIS DE 50 MIL TONELADAS DE PETCOKE (COQUE DE PETRÓLEO)

assinaram uma carta que foi enviada à Comissão Europeia, em que o Porto de Roterdã se compromete a entregar 4,6 milhões de toneladas de hidrogênio verde até 2030 a países europeus.

O objetivo é contribuir com o abastecimento energético desses territórios com fontes limpas. O documento teve a adesão de 70 empresas do setor e países exportadores.

O Porto de Roterdã é sócio do Governo do Ceará no Porto do Pecém, com 30% das ações do empreendimento. O complexo europeu enviou, inclusive, uma equipe ao complexo cearense que auxilia o projeto para tornar o local um hub de H2V no Brasil. O Porto de Roterdã também será o centro de recepção e distribuição do H2V brasileiro na Europa.



## REGIÃO CENTRO-OESTE

# Governo do Mato Grosso abre licitações para pavimentar 90 km de rodovias

Os investimentos previstos são de R\$ 144,8 milhões. As obras serão custeadas com recursos do Estado

BÁRBARA FARIAS  
barbara@portalbenews.com.br

O Governo do Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra-MT), lançou seis licitações para asfaltar 90 quilômetros de rodovias e construir duas novas pontes de concreto. As obras serão executadas em regiões produtoras do estado e os investimentos previstos são da ordem de R\$ 144,87 milhões.

"Hoje, Mato Grosso tem o maior rebanho bovino, somos os maiores produtores de grãos, de etanol de milho e devemos crescer ainda mais. O investimento em infraestrutura é necessário para o desenvolvimento de Mato Grosso e para garantir a trafegabilidade nas rodovias, mas também o direito de ir e vir de todos os cidadãos", afirmou o secretário de Infraestrutura, Marcelo de Oliveira.

Segundo a Sinfra, um edital contempla a pavimentação de um trecho de 38,2 km da MT-242 entre os municípios de Itanhangá e Brasnorte. A obra será realizada entre o fim do asfalto em Itanhangá até a



Divulgação

**AS PAVIMENTAÇÕES EM TRECHOS DA MT-242 (38,2 KM), EM ITANHANGÁ, E DA MT-240 (16,3 KM), EM ÁGUA BOA, SÃO EM REGIÕES PRODUTORAS. NA MT-240, SERÁ ASFALTADO O TRECHO ATÉ A BR-158, E NA MT-242 ATÉ A BR-163**

balsa sobre o rio Arinos. A obra está orçada em R\$ 51,1 milhões e a abertura das propostas será realizada no dia 14 de junho.

O Governo de Mato Grosso já está investindo R\$ 14 milhões na construção de uma ponte de concreto de 240

metros no local, para substituir a balsa, e asfaltando outro trecho de 16 km da rodovia. Com os investimentos em execução e planejados, a MT-242 se tornará uma nova rota asfaltada, ligando os municípios de Sorriso, Ipiranga do Norte e Itanhangá até o distrito de Brianorte.

Outra obra é referente à reposição de asfalto em um trecho de 32,1 km na MT-430, na região do Xingu. O Executivo estadual planeja investir R\$49,7 milhões para asfaltar o

Obras dotarão região de infraestrutura para escoamento da produção agrícola

trecho entre o entroncamento da MT-437 até o Posto Bituca, no entroncamento com a MT-322. A licitação da obra está marcada para ser realizada no próximo dia 23.

No município de Água Boa, a Sinfra-MT irá licitar o asfaltamento de 16,3 km da MT-240, entre o fim do asfalto e o entroncamento com a MT-414. A obra está orçada em R\$22,7 milhões, com a sessão de licitação marcada para o dia 14 deste mês.

Por fim, será asfaltado um

trecho de 3,3 km da MT-107, no município de General Carneiro. A licitação será realizada no dia 15, com um valor de referência de R\$ 6,8 milhões.

As obras serão custeadas com recursos dos cofres estaduais. "Para todas essas licitações que a Sinfra-MT está lançando, o dinheiro já está garantido", destacou Oliveira.

### Pontes

Quanto às pontes anunciadas pelo Governo estadual, uma, de 153 metros de extensão, será construída sobre o Rio das Mortes, na divisa entre os municípios de General Carneiro e Novo São Joaquim. O orçamento para esta obra é de R\$11 milhões e a licitação será realizada no dia 28 de junho.

Outra ponte de concreto será construída sobre o Rio da Casca, na MT-515, em Chapada dos Guimarães. Com 50 metros de extensão, o valor da ponte é estimado em R\$ 3,3 milhões e irá estimular o turismo na região. A sessão de abertura das propostas será no dia 20.

Todas as licitações serão realizadas na modalidade de Regime Diferenciado de Contratação (RDC), em lote único e com critério de menor preço.

BÁRBARA FARIAS  
barbara@portalbenews.com.br

## Nova etapa de obras na BR-158/GO deve ser concluída em novembro

Uma das rotas do agronegócio no País, rodovia federal recebe serviços em Jataí, entre o Rio Paraíso e o aeroporto da cidade

Nova etapa de obras na BR-158, em Goiás, deve ser concluída em novembro. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) está executando o alargamento da plataforma e drenagem em 10 quilômetros da rodovia federal, no trecho entre o km 190 e o km 200, localizado entre os municípios de Jataí e Caiapônia. A rodovia federal é uma das rotas do agronegócio, atravessando de norte ao sul do País, e sua recuperação foi retomada há dois anos.

O Dnit informou que executa também, entre os km 154 e o km 277, serviços de manutenção como tapa-buracos, monitoramento e limpeza de dispositivos de drenagem e roçada, entre outros.

Recentemente o departamento liberou a pista nova da

duplicação da BR-158/GO, localizada entre o rio Paraíso e o Aeroporto de Jataí.

"Com o intuito de oferecer mais segurança e conforto aos usuários, além de aumentar a fluidez e diminuir o tempo das viagens, a autarquia antecipou a liberação da pista nova que estava prevista para março. Isso porque o fluxo de veículos, que já é intenso, aumenta consideravelmente nesta época", informou o Dnit em seu site.

O departamento deverá realizar, ainda neste ano, a restauração total da pista antiga do trecho duplicado, com a execução de remendos profundos e a aplicação do revestimento em Tratamento Superficial Duplo (TSD). Em seguida, a aplicação de duas camadas de reforço com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) e a

**RECENTEMENTE, O DNIT LIBEROU A PISTA NOVA DA DUPLICAÇÃO DA BR-158/GO, LOCALIZADA ENTRE O RIO PARAÍSO E O AEROPORTO DE JATAÍ**

sinalização horizontal na pista nova e na antiga. A obra, de acordo com o Dnit, faz parte de um conjunto de ações que visam a eliminação de pontos críticos no local que serve de acesso a pontos turísticos da região, aeroporto municipal e parque agropecuário.

Recuperação foi retomada em 2020

As obras de recuperação e restauração na BR-158/GO, no segmento que liga os municípios de Caiapônia e Jataí, com extensão total de 122,9 quilômetros, foram retomadas em junho de 2020 e fazem par-



Divulgação/Dnit

Alargamento da plataforma e obras de drenagem são executados no trecho do km 190 ao km 200 da BR-158/GO, entre os municípios de Jataí e Caiapônia

te do Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias (Crema), iniciado em 2018.

O serviço é uma demanda antiga do município e dos usuários que trafegam pela região, uma vez que a estrada possui tráfego intenso de veículos leves e pesados advindos do escoamento de produção, do abastecimento de insumos de todo o País e do potencial

turístico da região.

O planejamento inicial para tratar desse subsegmento, que liga o km 260 ao km 263, era implantar uma interseção no local. No entanto, as equipes do Dnit constataram que o valor empregado para fazer essa única intervenção era praticamente o mesmo para realizar a duplicação da via e a implantação de um retorno.